

DIFERENÇAS DE RENDA DO TRABALHO NO BRASIL: 2004 E 2007

LABOR INCOME DIFFERENCES IN BRAZIL: 2004 AND 2007

Paulo Baltar^(*)
Eugenia Leone^(**)
Roberto A. Z. Borghi^(***)

Resumo: Este artigo examina, inicialmente, a evolução do nível e da desigualdade das rendas do trabalho entre 1998 e 2007 e, posteriormente, expõe os resultados de uma análise de dispersão das rendas das pessoas ocupadas em 2004 e 2007, considerando o tipo de ocupação e a posição das pessoas na ocupação, bem como sua idade e seu sexo. Utiliza-se nesse exercício a variância do logaritmo das rendas das pessoas no trabalho principal para expressar as diferenças de renda das pessoas ocupadas. A diminuição das diferenças de renda do trabalho com aumento da renda média, verificada entre 2004 e 2007, foi uma novidade no Brasil. Os resultados ressaltam os efeitos da crescente formalização dos contratos de trabalho, do aumento do valor do salário mínimo e das modificações que o crescimento da economia provocou na absorção dos indivíduos nas atividades econômicas, segundo tipos de ocupação.

Palavras-chave: Emprego; rendimentos; desigualdade de renda; mercado de trabalho.


Abstract: This paper examines firstly the evolution of the labor income level and inequality between 1998 and 2007. Secondly it shows the results of an analysis of income dispersion for occupied people in 2004 and 2007, considering the type of occupation, status of employment, age and sex. It is utilized the variance of the logarithm of people's income in the main work, in order to express the income differences of occupied people. The reduction in labor income differences with an increase in the average income observed between 2004 and 2007 was a novelty in Brazil. The results emphasize the effects of the increasing formalization of labor contracts, the rise of the minimum wage and the modifications caused by the economic growth in the absorption of labour force according to types of occupation.

Keywords: Employment; yields; income inequality; labor market.

(*) Professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). *E-mail:* pbaltar@eco.unicamp.br.

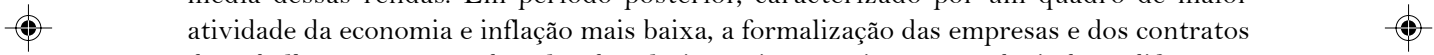
(**) Professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit). *E-mail:* eugenia@eco.unicamp.br.

(***) Mestrando de Economia do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). *E-mail:* robertoazborghi@yahoo.com.br.



Este artigo trata da evolução recente das diferenças de renda do trabalho das pessoas ocupadas nas diversas atividades da economia. Inicialmente, apresenta-se um panorama sobre o nível e as diferenças de renda do trabalho para os anos de 1998 a 2007, mostrando que as diferenças em relação à média diminuíram ao longo de todo o período. Porém, entre 1998 e 2003, a diminuição das diferenças ocorreu com redução no nível dessas rendas, enquanto que, desde 2004, as diferenças em relação à média continuaram diminuindo, mas com aumento no nível das rendas do trabalho.

As evoluções do nível e das diferenças de renda do trabalho estão, portanto, relacionadas com o ritmo de atividade da economia e com a intensidade da inflação. Após 2004, o crescimento do PIB tornou-se mais intenso e a inflação diminuiu. Deve-se considerar ainda o que aconteceu com o valor do salário mínimo legal e com a propensão à formalização das empresas e dos contratos de trabalho. O valor do salário mínimo aumentou persistentemente e houve uma tendência, desde 1999, mais reforçada pela retomada do crescimento da economia após 2003, no sentido de formalização das empresas e dos contratos de trabalho, que provocou forte crescimento do emprego com carteira de trabalho.



Em um quadro de baixa atividade econômica e inflação relativamente alta, depois da desvalorização do real em 1999, a formalização das empresas e dos contratos de trabalho e o aumento do valor do salário mínimo não impediram a queda do nível da renda do trabalho, embora as diferenças de renda tenham diminuído mais do que a média dessas rendas. Em período posterior, caracterizado por um quadro de maior atividade da economia e inflação mais baixa, a formalização das empresas e dos contratos de trabalho e o aumento do valor do salário mínimo continuaram reduzindo as diferenças de renda em relação à média, em um contexto de recuperação do nível das rendas do trabalho.

O aumento da renda média do trabalho com redução da dispersão relativa dessas rendas foi uma novidade. As diferenças de renda são muito grandes e é pequena a fração de pessoas com ocupações mais bem remuneradas. O crescimento do PIB tende a ampliar a parcela de pessoas nessas ocupações mais bem remuneradas, o que reforça o aumento da média, porém, dadas as diferenças de renda existentes, isso tende a aumentar ainda mais a dispersão. Tal fato, no entanto, não ocorreu no período compreendido entre 2004 e 2007. O aumento da média das rendas do trabalho foi acompanhado de redução na dispersão relativa. A continuidade e a maior intensidade dos aumentos tanto do valor do salário mínimo quanto do grau de formalidade dos contratos de trabalho, bem como o reajuste das categorias profissionais maior do que a inflação, foram importantes para obter esses resultados.

As condições macroeconômicas (maior crescimento do PIB com inflação menor) ajudaram a reforçar os efeitos de determinações institucionais (política de aumento do salário mínimo, melhor regulação da atividade econômica e do trabalho assalariado, barganha de reajustes salariais das categorias profissionais) sobre o comportamento do nível e da dispersão relativa das rendas do trabalho. Esses fatores institucionais, entretanto, foram muito importantes para que o crescimento da economia com baixa inflação, em 2004-2007, provocasse aumento do nível médio com redução da dispersão relativa das

rendas do trabalho, contrabalançando os efeitos do aumento da participação das ocupações mais bem remuneradas sobre a dispersão, dadas as enormes diferenças de renda do trabalho existentes no país.

Faz-se mister, portanto, levar em consideração as mudanças na composição das ocupações e as diferenças de renda existentes entre elas. Por este motivo, a segunda seção do artigo é dedicada a expor os resultados de uma análise da dispersão das rendas das pessoas ocupadas em 2004 e 2007, confrontando as diferenças individuais de renda com as diferenças das médias por tipo de ocupação, posição na ocupação, idade e sexo. As diferenças de renda das pessoas são expressas pela variância do logaritmo dessas rendas no trabalho principal das pessoas. O artigo abrange as posições de empregado e trabalhadores por conta própria e do serviço doméstico remunerado. Não são examinadas, portanto, as rendas dos empregadores. O emprego assalariado e o trabalho no serviço doméstico remunerado são classificados em formal e sem carteira de trabalho. O trabalho formal no serviço doméstico remunerado é aquele que, seguindo a Consolidação das Leis do Trabalho no país, explicita os termos do contrato na carteira de trabalho. Já o emprego assalariado formal envolve não somente os empregados com carteira de trabalho, mas também os militares e os funcionários públicos, contratados em conformidade com o Estatuto do Servidor Público, que não possuem carteira de trabalho.

Os tipos de ocupação são identificados pelos grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupação (CBO). Assim, são considerados os seguintes tipos de ocupação: dirigente em geral; profissional de nível superior; técnico de nível médio; pessoal das forças armadas; pessoal de serviço de apoio administrativo; trabalhador manual da produção de bens e de serviços industriais e de reparação e manutenção; vendedor e prestador de serviços do comércio; trabalhador na prestação de serviços; trabalhador manual agrícola e ocupação mal definida.

No caso da idade, os trabalhadores foram agrupados nas faixas de 15 a 19 anos, 20 a 29, 30 a 49 e 50 e mais. Para a elaboração da análise, são utilizados os microdados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referentes à Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD — para os anos de 2004 e 2007.

A variância dos logaritmos das rendas do trabalho confirma que as diferenças de renda diminuíram de 2004 a 2007, ainda que continuem muito grandes. As diferenças de renda média por tipo de ocupação, posição na ocupação, idade e sexo também diminuíram, porém essas diferenças são relativamente pequenas em comparação com as diferenças individuais dentro desses agrupamentos de trabalhadores. Não obstante, as diminuições das diferenças de renda média por tipo de ocupação, idade e sexo foram mais expressivas do que a redução nas diferenças individuais, dentro dos agrupamentos. O aumento do valor do salário mínimo contribuiu para esse começo do encurtamento das diferenças de renda por tipo de ocupação, idade e sexo.

1. NÍVEL E DIFERENÇAS DE RENDA DAS PESSOAS OCUPADAS: 1998-2007

A economia mundial entre 2003 e 2008 propiciou condições favoráveis para o Brasil voltar a ter crescimento econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) nacional, de

fato, cresceu no ritmo de 5,7% em 2004, 3,2% em 2005, 4,0% em 2006, 6,1% em 2007 e 5,1% em 2008 (Tabela 1). As repercussões desse crescimento da economia, em termos de geração de emprego e renda, foram marcadas por duas tendências que já vinham se manifestando desde o final da década de 1990, mas que se acentuaram com o crescimento mais intenso e continuado do PIB nacional: de um lado, uma maior formalização dos contratos de trabalho e, de outro, um aumento continuado e expressivo no poder de compra do salário mínimo legal.

Tabela 1 — Indicadores econômicos, rendimento das pessoas ocupadas (10 anos e mais) e Índice de Gini


Ano	PIB	Inflação INPC	Sal. Mín. Real	1º Quartil	Média 50 % mais pobres	Mediana	Média	Δ^*	Gini
1998	0,0	3,1	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	0,5749
1999	0,3	6,4	98,3	97,3	95,5	94,0	92,6	91,3	0,5668
2001	2,8	7,2	105,6	105,2	96,7	87,7	91,4	89,9	0,5655
2002	2,7	9,4	107,2	106,3	94,8	90,4	88,9	87,1	0,5631
2003	1,1	17,5	109,5	109,2	91,5	86,5	82,8	80,0	0,5545
2004	5,7	6,3	111,6	111,8	94,2	86,0	82,8	78,7	0,5468
2005	3,2	5,0	122,6	122,6	100,4	92,0	86,4	81,7	0,5439
2006	4,0	2,9	139,1	139,2	109,4	99,4	92,7	87,2	0,5408
2007	6,1	4,9	144,0	144,1	116,0	100,5	95,7	87,8	0,5279

Fonte: dados extraídos de Lopes (2009) e Brito (2008).

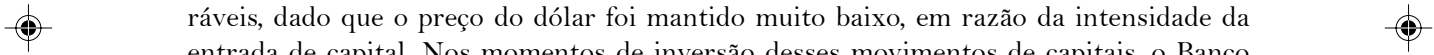
* Δ : diferença absoluta média entre as rendas.

A desigualdade de renda das pessoas ocupadas, medida pelo índice de Gini, tem diminuído seguidamente desde 1997 (HOFFMANN, 2009; LOPES, 2009). É importante, entretanto, separar dois momentos distintos nessa evolução. Entre 1997 e 2004, as diferenças de renda das pessoas ocupadas diminuíram em maior proporção do que a redução na renda média dessas pessoas, enquanto que depois de 2004, o aumento das diferenças de renda das pessoas ocupadas foi menor do que o aumento da renda média dessas pessoas ($Gini = D/2m$, em que D representa a medida das diferenças de renda das pessoas ocupadas e m é a renda média dessas pessoas).

Em 2007, a renda média das pessoas ocupadas superou em somente 4,6% a renda média observada em 2001, ao passo que a medida das diferenças de renda das pessoas ocupadas foi 2,4% menor. É isto o que quer dizer a evolução do índice de Gini do valor 0,5655 em 2001 para 0,5279 em 2007. Essa evolução pode ser colocada em um contexto mais amplo, em que o índice de Gini passou de um valor próximo do verificado em 2001, no início da década de 1980, para mais do que 0,6 no final dessa década, diminuindo para 0,5803 em 1997. Ou seja, os acontecimentos da década de 1990, nos quais






sobressaem, de um lado, os efeitos da abertura econômica e financeira e da privatização de parcela expressiva do setor produtivo estatal sobre o mercado de trabalho e, de outro, a redução da inflação em um contexto de contenção da atividade da economia, parecem ter revertido o expressivo aumento da desigualdade de renda das pessoas ocupadas que havia ocorrido na década de 1980. Na verdade, entretanto, a maior parte desta reversão do aumento da desigualdade de rendas do trabalho ocorreu durante a recessão do início da década de 1990, de modo que já em 1992 o valor do índice tinha diminuído para 0,5707. Desde então, o índice de Gini passou a oscilar até a desvalorização do real no início de 1999, quando diminuiu novamente acompanhado pela queda da renda média. Nesse período, o aumento do valor do salário mínimo e a formalização dos contratos de trabalho contribuíram para coibir uma contração mais intensa das rendas de nível inferior. A retomada do crescimento da economia com inflação mais baixa desde 2004, por seu turno, junto com o aumento da formalização dos contratos de trabalho e a elevação do valor do salário mínimo, deu continuidade a essa diminuição da desigualdade de renda das pessoas ocupadas, agora, no entanto, com expressiva recuperação da renda média.



Na avaliação desses acontecimentos, é preciso considerar que, em razão da forma como foi realizada a abertura comercial e financeira da economia brasileira, foi intenso seu impacto negativo sobre o mercado de trabalho. A forte entrada de capital ajudou a desenvolver o mercado financeiro doméstico, baixou o preço do dólar e o ritmo da inflação⁽¹⁾. As empresas foram submetidas a uma competição sob condições muito desfavoráveis, dado que o preço do dólar foi mantido muito baixo, em razão da intensidade da entrada de capital. Nos momentos de inversão desses movimentos de capitais, o Banco Central atuou no sentido de elevar o nível das taxas de juros praticadas no país, procurando conter sua saída. As grandes empresas, que já vinham desde os anos 1980 subcontratando com terceiros os serviços de apoio às suas atividades principais, aprofundaram essa terceirização de atividades, enxugando fortemente seus quadros de pessoal. A terceirização ampliou o campo de negócios para as pequenas empresas em um momento em que houve um relaxamento na aplicação das normas que regem a atividade econômica, facilitando a adaptação das pequenas empresas à intensa competição, mediante o descumprimento das leis sobre impostos, contribuições sociais, zoneamento urbano, saúde pública e relações de trabalho.

A abertura comercial e financeira feita dessa maneira abalou fortemente o emprego formalizado em conformidade com a legislação trabalhista. No Brasil, metade da população economicamente ativa (PEA) passou a ser formada por pessoas que, ou não têm nenhuma ocupação decorrente de atividade econômica, ou trabalham por conta própria e não contribuem para a Previdência Social, ou são membros das famílias que ajudam o trabalhador por conta própria, sem receber uma remuneração, ou são empregados assalariados, mas não possuem a carteira de trabalho assinada pelo patrão. Esta metade da PEA não tem os direitos que a lei procura garantir para os trabalhadores, inclusive proteção social mais ampla e representação em associações coletivas. Foi ao

(1) Análises sobre o desempenho da economia brasileira podem ser encontradas em Belluzzo e Almeida (2002), Batista Jr. (1996) e Carneiro (2002 e 2006).



longo dos anos 1990 que o desemprego aberto aumentou de menos de 5% para mais de 10% da PEA e a participação do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira de trabalho superou o equivalente à metade das pessoas ocupadas. O número de empregos formalizados em 1999 foi praticamente o mesmo verificado em 1989 (BALTAR, 2003).

De 1993 a 1997, houve uma razoável ampliação do consumo e do investimento, provocando limitado crescimento do PIB e intenso crescimento das importações. O déficit de conta corrente, provocado fundamentalmente pela balança de serviços, foi agravado pelo surgimento de déficits na balança comercial. O déficit de conta corrente, entretanto, foi mais do que coberto pela entrada de capital (investimento direto estrangeiro, empréstimos e, secundariamente naquele momento, aplicações de portfólio). Em consequência, a enorme magnitude dos déficits de conta corrente não impediu que o Brasil acumulasse expressivo montante de reservas internacionais. Apesar dessas enormes compras de divisas estrangeiras pelo Banco Central, o real manteve-se expressivamente valorizado, desde sua origem em 1994 até janeiro de 1999. A moeda nacional valorizada ajudou a baixar a inflação, porém amorteceu os efeitos da ampliação do consumo e do investimento sobre a geração de emprego e renda no país, ao motivar grandes importações. O crescimento do PIB foi relativamente modesto em comparação com a evolução do consumo e do investimento. Nessas circunstâncias, ao longo da década de 1990, a absorção do aumento da população ativa por ocupações decorrentes da atividade da economia foi duplamente prejudicada. De um lado, o PIB e, especialmente, o produto industrial cresceram muito pouco e, de outro, o enxugamento dos quadros de pessoal das grandes empresas e o simultâneo aumento da ilegalidade nas pequenas empresas provocaram um inexpressivo aumento do emprego formalizado e um intenso crescimento do emprego sem carteira e do número de trabalhadores por conta própria.

A desvalorização do real em janeiro de 1999 alterou significativamente o quadro de funcionamento da economia brasileira e de suas repercussões no mercado de trabalho. Destacou-se, nessa mudança, o efeito que o preço do dólar provocou na dívida pública brasileira, visto que parcela expressiva dessa dívida estava indexada ao preço do dólar, tendo sido utilizada para proteção dos portfólios de aplicação de capital, construídos a partir de recursos tomados emprestados no mercado financeiro internacional.

A desvalorização do real teve outros efeitos, além de aumentar a dívida pública em relação ao PIB do país. Ela recolocou o problema da inflação. O aumento do preço do dólar, resultante da fuga de capital para o exterior, elevou os custos da produção doméstica. Se esses custos fossem repassados aos preços e os trabalhadores reivindicassem reajustes nominais de salário análogos, para não perderem poder de compra, ter-se-ia a volta da inflação, com o aumento generalizado e recorrente de preços e de salários.

O momento era importante para a definição do rumo da economia do país. Optou-se por procurar evitar uma maior inflação, preservando a abertura e sua interação com o mercado financeiro doméstico que se começou a construir na década de 1990. Adotou-se, então, uma política macroeconômica que combinava meta de inflação, superávit primário e taxa de câmbio flutuante. A taxa de câmbio flutuante significou continuar renunciando ao uso do controle sobre a taxa de câmbio como parte importante de uma política para orientar o desenvolvimento do aparelho de produção de bens, que capacitaria

o país para exportar mais produtos manufaturados e depender menos de importações desses produtos.

A fim de evitar a fuga de capital, a taxa de juros fora colocada muito alta. Após a desvalorização do real e com a introdução do regime de metas de inflação, manteve-se seu nível elevado. Dependendo da situação da economia mundial ser favorável ao país, a desvalorização do real tende a ter impacto positivo na atividade da economia brasileira, ao viabilizar exportações e também a competição com importações, mas o ritmo de atividade depende fundamentalmente do consumo e do investimento. A contenção do dinheiro nacional e as altas taxas de juros visaram manter baixa a atividade da economia, para impedir maior inflação.

Altas taxas de juros e baixa atividade da economia reforçaram as implicações da desvalorização do real sobre a dívida pública. As altas taxas de juros conduziram a uma tendência de crescimento dessa dívida superior à do PIB. O superávit primário foi justamente a maneira encontrada para inibir um aumento maior da dívida pública. O mercado financeiro doméstico, debilitado pela fuga de capital, não teria condições para absorver esse aumento. O superávit primário evitou a necessidade de ter de colocar no mercado esse possível aumento da dívida pública. De um lado, houve uma elevação expressiva da carga tributária, especialmente das contribuições sociais, decorrente da implementação do previsto pela Constituição de 1988 que criou um amplo sistema de seguridade social no país. De outro, a União desvinculou uma parcela expressiva de sua receita (20%), permitindo ao Tesouro conter as despesas de custeio e investimento e ser capaz de evitar aumento ainda maior da dívida pública, associado ao pagamento de juros da dívida antiga com uma nova que promete juros muito elevados. Além disso, o governo utilizou os fundos e bancos públicos para absorver uma parte da dívida pública. A própria política de contenção monetária, isto é, de juros altos, significou o uso do sistema bancário para manter a enorme dívida pública, em detrimento dos empréstimos necessários para o financiamento da economia.

Em todo caso, cabe destacar que a necessidade de ampliar a arrecadação de impostos e contribuições sociais exigiu do Estado maior atenção para a formalização das empresas, com implicações significativas para a formalização dos contratos de trabalho. As pequenas e médias empresas passaram a ter dificuldades para evitar a formalização e ficou mais complexo para as empresas, uma vez formalizadas, terem contratos de trabalho que não respeitassem as leis do país. Esta situação aumentou substancialmente a eficácia da ação dos órgãos públicos que cuidam especificamente do cumprimento das leis do trabalho e da Previdência Social.

Desde 1999, aumentou significativamente o ritmo de crescimento do emprego formal e diminuíram os ritmos de crescimento do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria. De 1999 a 2002, a política macroeconômica adotada conseguiu apenas conter uma inflação ainda maior do que a observada e implicou um crescimento do PIB modesto. O PIB, entretanto, não chegou a diminuir como o fez anteriormente, em 1981, 1983 e 1990. Ademais, desde 2003, a situação da economia mundial tornou-se mais favorável para o Brasil e para outros países emergentes. Com isso, a continuidade da

política macroeconômica formulada em 1999 foi acompanhada de menor inflação e maior crescimento do PIB.




A análise do que ocorreu com o mercado de trabalho, entre 2004 e 2007, permite mostrar as possibilidades e as limitações de uma economia aberta à globalização do capitalismo mundial sem uma política deliberada de desenvolvimento da produção e com um intenso desenvolvimento do setor financeiro, em termos do seu potencial para gerar emprego e renda. As características desse “modelo” de crescimento condicionam os efeitos de esforços deliberados para tentar melhorar o quadro do mercado de trabalho. Esse quadro se deteriorou com tanto tempo sem crescimento da economia e com expressivo aumento da população ativa, destacando-se um desemprego aberto de 10% da PEA e empregos formais equivalentes a menos da metade da ocupação das pessoas, sendo que na maioria desses empregos formais é elevada a rotatividade de trabalho e baixa a remuneração dos trabalhadores.

2. TIPO DE OCUPAÇÃO, POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, IDADE, SEXO E RENDA DAS PESSOAS OCUPADAS: 2004 E 2007

A aceleração do crescimento do PIB foi intensa depois de 2003 e o ritmo de crescimento alcançou o equivalente a 6,5% ao ano, antes da crise mundial impactar o país, desde outubro de 2008. Essa aceleração esteve relacionada com as ampliações do consumo de bens duráveis e do investimento. As vendas de bens duráveis de consumo foram facilitadas pela ampliação do crédito aos consumidores, favorecida pela expansão dos empréstimos bancários. O aumento das vendas, por sua vez, estimulou a retomada do investimento. Bancos e empresas passaram a ter expectativas de continuidade do crescimento das vendas. Na construção desse quadro favorável à atividade econômica, foi importante o incremento das exportações, que possibilitou cobrir as importações e os déficits de serviços e da conta financeira do balanço de pagamentos. O Brasil obteve, assim, superávit de conta corrente, amortizou uma parcela da dívida externa e acumulou elevado montante de reservas internacionais. A situação do mercado financeiro internacional também favoreceu a retomada da entrada de capital no país, contribuindo para a queda do preço do dólar e para a diminuição do ritmo da inflação.

Bancos emprestando, consumo de bens duráveis ampliando-se, empresas investindo no aumento da capacidade de produção e Estado procurando retomar o investimento em infraestrutura provocaram intenso crescimento do PIB, apesar da ação do Banco Central no sentido de conter esse crescimento, dificultando a articulação de empréstimos em moeda nacional e mantendo em patamares elevados as taxas de juros. A aceleração do crescimento do PIB, entretanto, provocou aumento desproporcional das importações. Os altos preços de *commodities* não foram suficientes para evitar que as importações crescessem mais do que as exportações, diminuindo o superávit comercial e recolocando o déficit de conta corrente, antes da queda dos preços de *commodities*, na crise da economia mundial.

Inicialmente, o déficit de conta corrente foi coberto por entrada de capital. A própria aceleração do crescimento contribuiu para isso, ao induzir investimentos diretos externos.



Porém, a acumulação de sucessivos déficits de conta corrente, ao aumentar o passivo externo do país, tenderia a colocar dúvidas sobre a continuidade do crescimento da economia. O Banco Central antecipou-se à concretização dessa tendência e apertou ainda mais a política monetária, visando reprimir o crescimento do PIB em nome do equilíbrio do balanço de pagamentos e do controle da inflação. As autoridades monetárias, em razão do rumo que ajudaram a imprimir na economia brasileira, não acreditaram na possibilidade de que os investimentos que estavam acontecendo seriam capazes de ampliar o crescimento potencial da economia. O Banco Central explicitou diversas vezes que, naquele rumo dado à economia brasileira e enquanto perdurasse a enorme dívida pública e suas implicações no mercado financeiro doméstico, o controle da inflação exigiria a contenção do crescimento do PIB, aquém de 4% ao ano, ou seja, muito menos que os 6,5% observados em meados de 2008, que ocorreu, sobretudo, em razão da situação interna-cional excepcional existente ao final de um auge da economia mundial e na eminência de uma crise do capitalismo global.

A análise do que ocorreu no mercado de trabalho, dado o crescimento do PIB em 2004-2007, é importante para compreender as possibilidades e as limitações das melhoras no emprego e na renda da população, especialmente no contexto definido pelo rumo que foi concedido à economia brasileira, com a política macroeconômica delineada e aplicada a partir de 1999. Deve-se frisar que se tratava de um quadro em que a própria política macroeconômica dificultava a redução do peso da dívida pública, em relação ao PIB, tendo implicações em termos de restrição ao crescimento do PIB e limitações atinentes às possibilidades de ação do Poder Público.

O desemprego aberto diminuiu ligeiramente entre 2004 e 2007, passando de 8,9% da PEA para 8,2%. Em comparação com o tamanho do mercado de trabalho assalariado propriamente dito, a taxa de desemprego evoluiu de 13,5% para 12,1%. O número de desempregados diminuiu 2,5% e o número de empregados assalariados aumentou 10,6% naquele período. Em todo caso, a taxa de desemprego aberto dos trabalhadores assalariados é ainda bastante superior àquela que decorreria simplesmente das altas taxas de rotatividade do emprego assalariado, sinalizando que pode ser, em grande medida, atribuída à baixa atividade da economia e não apenas à enorme facilidade com que os empregados são dispensados, na medida em que se permite no país que os empregadores ajustem fácil e rapidamente o quadro de pessoal ao ritmo de atividade dos seus negócios.

Outro aspecto do desempenho do mercado de trabalho no período 2004-2007 foi a continuidade da formalização dos contratos de trabalho que se expressa na intensidade muito maior do crescimento do emprego em estabelecimento e do trabalho doméstico formal do que o do emprego e trabalho doméstico sem carteira e do trabalho por conta própria. Entre 2004 e 2007, o emprego formal aumentou 16,1%, crescendo no ritmo anual de 5,1%. Já o emprego sem carteira de trabalho apresentou um incremento, no mesmo período, de 1,9%, ou 0,6% ao ano, ao passo que o trabalho por conta própria aumentou 3,5% no período, ou 1,1% ao ano (Tabela 2).

Tabela 2 — Distribuição das pessoas ocupadas e Média Geométrica das rendas conforme Posição na Ocupação. Brasil, 2004 e 2007

Posição na Ocupação	2004		2007		Variação %	
	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda
Formal	46,2	149,5	49,3	142,8	16,1	30,4
Sem carteira	27,9	64,2	26,1	63,4	1,9	34,8
Conta própria	25,9	78,4	24,6	79,4	3,5	38,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	8,8	36,5

Fonte: IBGE: PNADs 2004 e 2007.

O nível médio de renda do emprego formal é maior do que o do trabalho por conta própria e do emprego sem carteira. Porém, o aumento da renda média do emprego formal de 2004 a 2007 foi menor que o da renda média do emprego sem carteira e do trabalho por conta própria. Isto pode ser relacionado com a forte elevação do salário mínimo, uma vez que é mais significativa, entre os trabalhadores por conta própria e os empregados sem carteira do que entre os empregados formais, a proporção dos que ganham em torno do valor do salário mínimo legal.

A taxa de inflação, após ter aumentado de 1999 a 2003 e alcançado 17,7% neste último ano (medida pela elevação média dos preços entre os momentos da realização da PNAD), apresentou uma queda da média anual de 9,5%, em 1998-2003, para 4,7%, em 2003-2007. A média dos reajustes anuais de salário mínimo foi de 13,0% entre 1998 e 2003 e 12,2% entre 2003 e 2007. A manutenção da magnitude dos reajustes anuais de salário mínimo com inflação bem menor, depois de 2003, fez o aumento médio anual do valor do salário mínimo passar de 3,3% entre 1998 e 2003 para 7,1% entre 2003 e 2007. Esse aumento do poder de compra do salário mínimo teve um papel relevante na recuperação do valor médio da renda das pessoas ocupadas, desde o baixo nível alcançado em 2004.

Os efeitos do crescimento da economia sobre a absorção das pessoas pela atividade econômica, segundo a composição das ocupações geradas, aparecem no crescimento diferenciado por tipo de ocupação, da soma total de empregados assalariados, trabalhadores no serviço doméstico e trabalhadores por conta própria (Tabela 3). Entre 2004 e 2007, os números de dirigentes e de profissionais de nível superior cresceram no ritmo anual de 6,1% e 6,9%, respectivamente. Nos outros tipos de ocupação que também têm rendimentos relativamente elevados, os técnicos de nível médio cresceram 5,1% ao ano e o pessoal das forças armadas diminuiu 8,9%, entre 2004 e 2007. Já as ocupações de nível de renda intermediária (as de serviço de apoio administrativo e de trabalho manual na produção de bens e em serviços industriais) cresceram, respectivamente, a 4,0% e 3,1% ao ano. O número de pessoas em ocupações de venda, que possuem nível de renda um pouco menor do que as de serviço administrativo e de trabalho manual, cresceu 3,6% ao ano, enquanto os dois tipos de ocupação com menor rendimento, ou cresceram

bem menos (ocupações na prestação de serviços que cresceram 2,4% ao ano) ou diminuíram (ocupações manuais agrícolas que em 2007 absorveram um número de pessoas 6,7% menor do que em 2004).

Tabela 3 — Distribuição das pessoas ocupadas e Média Geométrica das rendas conforme Tipo de Ocupação. Brasil, 2004 e 2007

Tipo de Ocupação	2004		2007		Variação %	
	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda
Dirigentes	2,7	319,0	2,9	294,1	19,4	25,9
Superior	6,7	268,3	7,5	237,0	22,3	20,6
Técnicos	8,1	167,3	8,7	161,7	16,0	32,0
Administrativo	9,4	130,7	9,7	121,2	12,5	26,6
Serviço	22,8	67,8	22,5	69,0	7,5	39,0
Vendas	10,4	87,8	10,7	87,0	11,1	35,3
Agrícolas	13,1	54,6	11,2	53,5	-6,7	34,0
Manual	25,8	104,6	26,0	102,6	9,6	34,0
F. Armadas	0,9	250,5	0,8	249,4	-8,9	36,0
Mal declaradas	0,1	127,4	0,0	158,7	-35,2	70,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	8,8	36,5

Fonte: IBGE: PNADs 2004 e 2007.

Ou seja, a retomada do crescimento da economia afetou a geração de emprego e renda, aumentando mais intensamente o emprego nos tipos de ocupação melhor remunerados comparativamente aos que têm menor remuneração, enquanto nos tipos de ocupação com renda de nível intermediário o emprego cresceu também em ritmo considerado intermediário. As ocupações de menores rendas, no entanto, foram mais afetadas pelo aumento do valor do salário mínimo legal, mediante o fato de, nessas ocupações, ser maior a proporção de trabalhadores que apresentam renda próxima do valor do salário mínimo legal.

A retomada do crescimento da economia brasileira nos anos 2004-2007 e seus efeitos sobre o emprego assalariado não alteraram substancialmente as tendências de mudanças que vinham ocorrendo no perfil de idade e sexo da força de trabalho, como exemplificado mediante a redução da participação dos jovens de menos de 20 anos de idade na atividade econômica e o aumento da participação das mulheres adultas. Assim, desconsiderando os empregadores e contemplando somente os empregados e trabalhadores por conta própria com rendimento positivo, foi relativamente pequeno o aumento do número de pessoas ocupadas que têm menos de 20 anos de idade (Tabela 4). Concomitantemente, notou-se forte acréscimo do número de pessoas ocupadas com mais de 50 anos de idade. Essas modificações no perfil etário dos ocupados ocorreram com redução nas diferenças de renda média entre os grupos de idade, visto que foi maior o aumento de renda média dos grupos com menos de 30 anos e mais de 50 anos de idade que, por sua vez, apresentam

renda média inferior à das pessoas ocupadas com 30 a 49 anos. Ademais, o número de mulheres ocupadas aumentou mais do que o dos homens e a média de renda do sexo feminino se ampliou mais do que a do sexo masculino (Tabela 5).

Tabela 4 — Distribuição das pessoas ocupadas e Média Geométrica das rendas conforme Faixas de Idade. Brasil, 2004 e 2007

Faixas de Idade	2004		2007		Variação %	
	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda
15 a 19	7,4	50,8	6,9	51,9	1,4	39,5
20 a 29	28,2	92,4	27,5	93,1	6,2	37,6
30 a 49	47,8	117,8	47,7	114,3	8,6	32,5
50 e mais	16,6	97,2	17,9	100,9	17,4	41,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	8,8	36,5

Fonte: IBGE: PNADs 2004 e 2007.

As tabelas apresentadas, então, evidenciam que o crescimento da economia no período considerado ampliou a participação, na absorção das pessoas, dos tipos e das posições na ocupação com maiores níveis de renda, ao mesmo tempo em que diminuiu as distâncias entre as rendas médias desses tipos e posições na ocupação. Contudo, no que concerne às idades e ao sexo, manteve-se ou reduziu-se a participação dos que, em cada uma dessas categorias, têm maior remuneração, ainda que tenham também diminuído as diferenças de renda média por idade e sexo.

Tradicionalmente na economia brasileira, quando o crescimento provocava o aumento da participação do estrato de pessoas de maior renda por tipo e posição na ocupação, isso tendia a ser acompanhado por diferenças crescentes de renda das pessoas. O expressivo incremento do valor do salário mínimo, que impactou desproporcionalmente os tipos de ocupação, as posições na ocupação, o sexo e as idades detentores das menores rendas, contribuiu para impedir que se verificasse, entre 2004 e 2007, o que habitualmente ocorria na economia do país. Nesse período, como foi visto, um significativo aumento da renda média foi acompanhado por uma redução das diferenças de renda entre as pessoas ocupadas.

Tabela 5 — Distribuição das pessoas ocupadas e Média Geométrica das rendas conforme Sexo³. Brasil, 2004 e 2007

Sexo	2004		2007		Variação %	
	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda	Pessoal Ocupado	Média geométrica da renda
Homem	59,6	113,5	58,9	112,6	7,4	35,6
Mulher	40,4	82,0	41,1	84,4	11,0	38,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	8,8	36,5

Fonte: IBGE: PNADs 2004 e 2007.

A importância da tendência positiva do valor do salário mínimo para a redução das diferenças de renda das pessoas ocupadas é ratificada por um exercício simples de decomposição dessas diferenças de renda. O indicador utilizado para expressar tais diferenças é a variância do logaritmo das rendas das pessoas em seu trabalho principal⁽²⁾. A decomposição das diferenças de renda, medidas por este indicador, considera o tipo de ocupação, a posição na ocupação, o sexo e a idade.

A decomposição distingue, a princípio, a importância relativa das diferenças de renda média dos tipos de ocupação comparativamente às diferenças individuais em cada tipo de ocupação. Em seguida, consideram-se as divergências entre as rendas médias das posições na ocupação, em cada tipo de ocupação e, finalmente, dentro de cada tipo e posição na ocupação, as diferenças médias de renda por idade e sexo. A decomposição da variância se expressa pela fórmula (1).

$$s^2 = \sum_i (\bar{x}_i - \bar{x})^2 \frac{N_i}{N} + \sum_i \sum_j (\bar{x}_{ij} - \bar{x}_i)^2 \frac{N_{ij}}{N} + \sum_i \sum_j s_{ij}^2 \frac{N_{ij}}{N} \quad (1)$$

O terceiro termo da fórmula (1) pode ser rearranjado como se estabelece em (2).

$$\sum_i \sum_j s_{ij}^2 \frac{N_{ij}}{N} = \sum_i \sum_j \sum_l \sum_h (\bar{x}_{ijlh} - \bar{x}_{ij})^2 \frac{N_{ijlh}}{N} + \sum_i \sum_j \sum_l \sum_h (\bar{x}_{ijlh} - \bar{x}_{ijlh})^2 \frac{N_{ijlh}}{N} + \sum_i \sum_j \sum_l \sum_h s_{ijlh}^2 \frac{N_{ijlh}}{N} \quad (2)$$

Em que:

X_{kijlh} é o logaritmo da renda da pessoa ocupada k que tem ocupação i, posição na ocupação j, idade l e sexo h;

S_{ijlh}^2 é a variância dos logaritmos da renda das pessoas ocupadas que têm tipo de ocupação i, posição na ocupação j, idade l e sexo h;

\bar{X}_{ijlh} é a média dos logaritmos da renda das pessoas ocupadas que têm tipo de ocupação i, posição na ocupação j, idade l e sexo h;

(2) Para uma apresentação detalhada desse indicador, ver Hoffmann (1998 e 2006).

\bar{X}_{ijl} é a média dos logaritmos da renda das pessoas ocupadas que têm tipo de ocupação i, posição na ocupação j e idade l;

S_{ij}^2 é a variância dos logaritmos da renda das pessoas ocupadas que têm ocupação i e posição na ocupação j;

\bar{X}_{ij} é a média dos logaritmos da renda das pessoas ocupadas que têm ocupação i e posição na ocupação j;

\bar{X}_i é a média dos logaritmos da renda das pessoas que têm tipo de ocupação i;

\bar{X} é a média dos logaritmos da renda de todas as pessoas ocupadas;

N_{ijlh} é o número de pessoas que têm tipo de ocupação i, posição na ocupação j, idade l e sexo h;

N_{ijl} é o número de pessoas ocupadas com tipo de ocupação i, posição na ocupação j e idade l;

N_{ij} é o número de pessoas que têm tipo de ocupação i e posição na ocupação j;

N_i é o número de pessoas ocupadas que têm tipo de ocupação i;

S^2 é a variância dos logaritmos da renda de todas as pessoas ocupadas.

As diferenças de renda das pessoas ocupadas em 2007 foram menores do que as verificadas em 2004 (Tabela 6). A variância dos logaritmos das rendas das pessoas ocupadas diminuiu entre 2004 e 2007, apontando a redução das diferenças de renda do trabalho. A decomposição dessa variância indica, por sua vez, que declinaram as diferenças de renda média por tipo de ocupação; dentro dos tipos de ocupação, por posição na ocupação; dentro da posição na ocupação, por idade das pessoas; e, para cada grupo de idade, entre homens e mulheres. Observou-se tendência semelhante para as diferenças individuais de renda das pessoas para cada sexo e idade, posição e tipo de ocupação.

Houve, então, uma redução generalizada das diferenças de renda do trabalho entre 2004 e 2007. O exercício de decomposição indica que as maiores reduções foram das diferenças de renda média entre tipos de ocupação, idade e sexo. Na diminuição da medida das diferenças de renda média por tipo de ocupação, os efeitos sobre as rendas das pessoas em ocupações menor remuneradas, decorrentes do aumento do valor do salário mínimo, foram reforçados pela formalização dos contratos de trabalho. Nessas ocupações de baixa renda, o grau de formalidade dos contratos de trabalho é muito menor e a renda, tanto dos empregados sem carteira como dos trabalhadores por conta própria, é, em grande medida, bem menor do que o próprio salário mínimo. Nas ocupações de renda superior, não somente o grau de formalidade dos contratos de trabalho é maior, como também é muito menor a frequência de empregados sem carteira e de trabalhadores por conta própria, que ganham muito menos do que o salário mínimo. Esta importância da formalização dos contratos de trabalho, principalmente nas ocupações pior remuneradas, não impediu que o peso, na variabilidade total das rendas do trabalho, das diferenças de renda média por posição na ocupação tenha passado a ser maior em 2007 do que era em 2004, em razão da redução relativamente menor nas diferenças de renda média por posição na ocupação. A menor diminuição nas diferenças de renda média por

posição na ocupação está relacionada com a enorme diferença de crescimento entre o emprego formal — que é mais bem remunerado —, de um lado, e o trabalho por conta própria e o emprego sem carteira, de outro.




Tabela 6 — Decomposição da variância dos logaritmos das rendas das pessoas ocupadas

Componentes	Decomposição da variância	2004		2007	
Variância Total	S^2	0,91059	100,0	0,85963	100,0
Entre tipos de ocupação	$\sum_i (\bar{X}_i - \bar{X})^2 \frac{N_i}{N}$	0,22183	24,4	0,19712	22,9
Entre posições na ocupação	$\sum_i \sum_j (\bar{X}_{ij} - \bar{X}_i)^2 \frac{N_{ij}}{N}$	0,07394	8,1	0,07229	8,4
Entre grupos de idade	$\sum_i \sum_j \sum_l (\bar{X}_{ijl} - \bar{X}_{ij})^2 \frac{N_{ijl}}{N}$	0,03986	4,4	0,03486	4,1
Entre sexos	$\sum_i \sum_j \sum_l \sum_h (\bar{X}_{ijlh} - \bar{X}_{ijl})^2 \frac{N_{ijlh}}{N}$	0,04755	5,2	0,04134	4,8
Dentro de cada sexo, idade, posição e tipo de ocupação	$\sum_i \sum_j \sum_l \sum_h S_{ijlh} \frac{N_{ijlh}}{N}$	0,52746	57,9	0,51433	59,8

Fonte: PNADs 2004 e 2007. Elaboração própria.

Constata-se, portanto, que as diferenças de renda do trabalho diminuíram, mas continuam muito elevadas, e que as diferenças de renda média por tipo de ocupação, posição na ocupação, idade e sexo permanecem relativamente pequenas em comparação com as diferenças individuais em cada sexo, grupo de idade, posição na ocupação e tipo de ocupação. Sob todos os aspectos, são grandes as diferenças de renda do trabalho no Brasil e é praticamente impossível classificar os trabalhadores em grupos homogêneos do ponto de vista da renda, a partir de alguns poucos critérios de classificação. O exercício realizado mostra que as considerações sobre tipo de ocupação, posição das pessoas na ocupação, idade e sexo levam a formar grupos de trabalhadores que possuem uma diversidade de rendas individuais muito grande em relação às diferenças de renda média daqueles grupos. A enorme heterogeneidade das situações individuais do ponto de vista da renda do trabalho exigiria fazer inúmeras outras considerações para se ter uma descrição razoável daquela heterogeneidade de rendas individuais por meio de grupos de trabalhadores relativamente homogêneos do ponto de vista da renda do trabalho.



As diferenças de renda são grandes em todos os níveis, não havendo apenas um contraste entre dois grupos de renda relativamente homogêneos, um formado pelos 10% de maior remuneração e outro pelos 90% restantes. Tanto no grupo dos 10% de renda superior quanto no grupo formado pelos 90% restantes são enormes as diferenças de renda. O fato de essas diferenças, em todos os níveis de renda, serem tão grandes deve ser levado em consideração em qualquer tentativa de fazer com que o crescimento da economia provoque aumento do nível de renda e redução na dispersão relativa. O esforço



para elevar o nível mínimo das rendas do trabalho (aumentando o valor do salário mínimo e o grau de formalidade dos contratos de trabalho) deve ser complementado por um esforço simultâneo para aumentar os níveis intermediários das rendas do trabalho. Uma elevação expressiva e generalizada desses níveis intermediários das rendas do trabalho requer o aperfeiçoamento da contratação coletiva do trabalho de modo a capacitar as organizações de trabalhadores a obter maiores reajustes de salário.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No período compreendido entre 1999 e 2004, observou-se uma elevação do grau de formalização das ocupações, isto é, aumentou a proporção de empregos formais na geração de renda. Além disso, verificou-se um incremento do salário mínimo em termos reais. Contudo, a renda média da população declinou. Isso resultou em redução da desigualdade, notada por meio da diminuição do índice de Gini, uma vez que a renda do estrato de remuneração mais baixa se mostrou menos sensível à queda. Desse modo, o declínio da dispersão da renda foi maior do que o da renda média, ocasionando a melhora dos indicadores de desigualdade.



No período entre 2004 e 2007, o grau de formalização das atividades econômicas continuou crescendo, de maneira ainda mais intensa. Ademais, o aumento do salário mínimo real foi extremamente significativo, da ordem de 29%. No entanto, distintamente da situação anterior, o PIB brasileiro voltou a crescer em ritmo acentuado. Em decorrência disso, houve uma elevação da dispersão da renda, mediante o acréscimo do peso das ocupações exercidas pelo estrato de indivíduos mais bem remunerados, porém em proporção menor à verificada para a renda média. Isso, por sua vez, conduziu à diminuição do índice de Gini nessa época, ou seja, à redução da desigualdade de renda do trabalho no Brasil. Tal fato, vale frisar, permeou ambos os momentos, mas foi consequência de fenômenos diversos. Em especial, o que se pretendeu evidenciar concerne ao fato de que, entre 2004 e 2007, a interação de fatores econômicos e institucionais, responsável pela crescente formalização das ocupações, combinada com o expressivo aumento do salário mínimo real, possibilitou a continuidade do decréscimo do índice de Gini em um ambiente de retomada do crescimento econômico.

Isso foi uma novidade na economia brasileira, na qual a enorme heterogeneidade de rendas do trabalho costuma provocar uma relação direta entre o nível e a desigualdade das rendas do trabalho, com o aumento da geração de ocupações de renda superior conduzindo a um aumento das diferenças de renda em maior intensidade do que o aumento da renda média. A tendência de formalização dos contratos de trabalho e, especialmente, a expressiva elevação do valor do salário mínimo legal, foram fundamentais para romper essa relação direta entre o nível e as diferenças de renda do trabalho, embora continue ainda enorme a heterogeneidade das situações individuais de renda do trabalho, cuja progressiva diminuição exige a continuidade do crescimento da economia, da formalização dos contratos de trabalho e da elevação do valor do salário mínimo, além de um aperfeiçoamento da contratação coletiva do trabalho.

REFERÊNCIAS

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 1990. In: PRONI, Marcelo Weishaupt; HENRIQUE, Wilnês (orgs.). *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 1990*. São Paulo: Unesp; Campinas: Instituto de Economia da Unicamp, 2003.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; LEONE, Eugenia Troncoso. Mercado de trabalho e distribuição de renda no Brasil. *Anais do X Encontro Nacional da ABET*, Salvador, 11 a 14 de novembro de 2007.

BATISTA JR., Paulo Nogueira. O plano real à luz da experiência mexicana e argentina. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 10, n. 28, p. 129-197, set./dez. 1996.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; ALMEIDA, Júlio Gomes de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

BRITO, Alessandra Scalioni. *Formalização do trabalho e política de valorização do salário mínimo: efeitos sobre os rendimentos metropolitanos (2002-2007)*. Trabalho de Monografia. Campinas: IE-Unicamp, 2008.

CARNEIRO, Ricardo. *A supremacia dos mercados e a política econômica do governo Lula*. São Paulo: Unesp, 2006.

_____. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Unesp, 2002.

HOFFMANN, Rodolfo. Polarização da distribuição de renda no Brasil. *Revista Econômica* (no prelo), 2009.

_____. *Estatística para economistas*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Pioneira Thomson, 2006.

_____. *Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza*. São Paulo: Edusp, 1998.

LOPES, Erika de Souza. *Desigualdade e polarização da distribuição de renda no Brasil e no Estado de São Paulo, 1992-2007*. Tese de Mestrado. Campinas: IE-Unicamp, 2009.

Recebido em: 9 de março de 2010.

Aceito em: 9 de julho de 2010.

